

*A alteridade da Idade Média:
homenagem a Jacques Le Goff**

JEAN-CLAUDE SCHMITT

École des hautes études en sciences sociales

A qualidade de “outro”, a consciência da alteridade, não suscitava em Jacques Le Goff a desconfiança e a apreensão tão comum em nossos contemporâneos face ao estrangeiro e ao desconhecido, e sim o desejo de conhecimento e a impaciência da descoberta. Ele adorava os contatos e recebia cada visitante com generosidade e a mesma atenção, quer se tratasse de um colega famoso ou de um simples estudante que vinha lhe pedir um conselho. As viagens também eram para ele uma maneira de ir ao “encontro do outro” e de satisfazer em um lugar distante sua sede daquilo que ele chamou em um de seus mais brilhantes ensaios, de “horizontes oníricos”.

Tão logo terminou seus estudos, ele obteve uma bolsa para passar um ano em Praga, em 1948, para pesquisar sobre a história da Universidade Charles (Carlos); esta estadia, que o fez descobrir as realidades sociais, culturais e políticas da Europa central, o marcará profundamente, principalmente porque ele foi testemunha do “golpe de Praga”, que o convenceu a jamais aderir ao Partido comunista francês e que alimentou por longo tempo suas reflexões sobre as estratégias do poder e as artimanhas do Estado. A descoberta da Polônia, por ocasião da assinatura de convênios entre a VIª Sessão da École Pratique des Hautes Études (EPHE) e a Academia de Ciências, propostos por Fernand Braudel, iria ser decisiva para seu segundo “encontro” com a Europa central, mais profundo e decisivo

* Artigo recebido em 11 de outubro de 2014 e aprovado para publicação em 04 de novembro de 2014. Traduzido pelo Prof. Dr. Geraldo Antonio Soares (Ufes).

ainda na medida em que em 1962 ele se casa com uma doutora em medicina polonesa, Hanka Wasowicz, à memória de quem ele dedicará mais tarde um pequeno livro emocionante, *Pour Hanka*.

O encantamento pela Itália, que sentiu quando de sua primeira estadia em Roma, nunca foi desmentido. Ao longo dos anos e dos convites profissionais, ele também se apaixonou por outros lugares e povos distantes: o Japão, a Índia, a Islândia contavam entre os lugares que o haviam mais apaixonado, tanto humanamente, quanto intelectualmente. Ele nunca veio ao Brasil ou à América Latina: foi seu grande pesar. E se outros países, como a Inglaterra, os Estados Unidos, o atraíam claramente menos e suscitavam ocasionalmente observações críticas, e se ele amava muito Moscou, mas de forma alguma São Petersburgo, e se ele amava o mar – ele que nasceu às margens do Mediterrâneo e tinha sua família paterna originária da Bretanha – mas de modo algum as montanhas, que, ele dizia, o angustiavam, em suma, e se ele hierarquizava em seu sistema pessoal de valores os países, os sistemas sociais, as culturas, os homens, por outro lado, todos os homens o interessavam, sem exclusividade, qualquer que fossem suas origens.

Os homens, não importa de onde viessem, eram sempre considerados seus próximos, esperados e recebidos de braços abertos, em seu gabinete de trabalho ou à mesa. “Eu amo os homens!” disse ele um dia a propósito de sua concepção do “ofício de historiador”, indo ao encontro ao mesmo tempo do que era característico em Marc Bloch e em Jules Michelet: os homens, de fato, ele os amava a todos, aqueles do passado, como historiador, e aqueles do presente, seus contemporâneos, aparentemente parecidos e, no entanto, tão diferentes uns dos outros.

No exercício do “ofício de historiador” é que se situa antes de tudo para Jacques Le Goff o “encontro com o outro”: ele imporá a si mesmo o distanciamento de seu objeto, que ele praticará desde o início de uma maneira pessoal e inovadora. No que concerne à Idade Média, ele fará o esforço de retirar dela a ilusão da proximidade e da cumplicidade imediata, que constitui o fundo comum dos polígrafos de Clio.

No que concerne ao método do historiador, ele rompeu com os hábitos correntes, como podemos ver explicitamente no título de sua primeira coletânea de artigos: *Por uma outra Idade Média*, de 1977. O subtítulo: “tempo, trabalho e cultura no Ocidente: 18 ensaios”, e os títulos das quatro partes: “tempo e trabalho”, “trabalho e sistema de valores”, “cultura erudita e cultura popular”, “por uma antropologia histórica”, ilustram o caráter inovador de um imenso programa de trabalho no qual as realidades materiais como o trabalho, o dinheiro e o relógio do campanário são considerados ao mesmo tempo que os valores simbólicos que eles contém; no qual são descobertos territórios inteiramente novos para o historiador, como os sonhos, o maravilhoso, o folclore ou os gestos do ritual vassálico.

Uma proposta na qual a vontade de entrecruzar as disciplinas científicas, condensadas na chamada a uma “antropologia histórica”, convida a não mais considerar a Idade Média como um ascendente familiar, nem como berço idealizado de nossos valores, mas como uma cultura radicalmente diferente da nossa nas suas bases materiais, na sua ordem institucional e simbólica, nas reações emocionais de seus habitantes; é esta cultura outra, diferente da nossa, que Jacques Le Goff desejava encontrar, ao menos nas suas estruturas fundamentais, até a Revolução Industrial e as revoluções políticas dos séculos XVIII e XIX.

Para Jacques Le Goff a questão do mesmo e do outro é então, podemos ver, uma questão de método, mas ela tem a ver também com sua representação da “civilização do Ocidente medieval”. Em sua obra, esta questão se volta para três planos: o das estruturas espaço-temporais, o das estruturas ideológicas e o da escala da escritura da história.

A atenção às estruturas espaço-temporais do Ocidente medieval foi permanente. Indo do oceano Índico como “horizonte onírico” do Ocidente medieval, ao deserto-floresta dos eremitas, dos desbravadores e da loucura de Yvain, ao folclore das “margens” da cristandade europeia – a Irlanda e o País de Gales ou por outro lado a Sicília, onde os clérigos da corte da envergadura de um Giraud de Cambrie, de um Gautier Map ou de um Gervais de Tilbury irão encontrar maravilhosas narrativas – Jacques le Goff consagrou inigualáveis estudos eruditos que alimentaram mais tarde, em 1999, seu artigo

denso e exuberante, “Centro e periferia”, no *Dicionário temático do Ocidente medieval*.

A dialética do centro e da periferia é, por outro lado, questão de *mentalidade*: fora de todo conhecimento empírico, as margens do mundo são tomadas como fechadas, voltadas para elas mesmas como o Oceano Índico; elas são o repositório de povos monstruosos e o lugar de uma ameaça apocalíptica, aquela de Gog e Magog. Duas atitudes contraditórias e entrelaçadas prevalecem face a esta alteridade de fundo: de um lado, a domesticação, que nega a especificidade do outro absorvendo-o, e aqui Jacques le Goff se refere por analogia a *Tristes Trópicos* de Claude Lévi-Strauss; de outro a fascinação misturada com terror face aos monstros, perceptível tanto naqueles que percorrem as margens do Mar da Irlanda como naqueles que viajam durante seu sono nos lugares pavorosos do além antes de voltarem para testemunhar sobre as torturas do inferno e do purgatório.

Mas as periferias não são mais que imaginários: a partir do ano mil, os fluxos migratórios se invertem e o dinamismo do Ocidente latino faz recuar em todos os lugares as “margens” que envolvem seu espaço, tornando agricultáveis roçados próximos aos vilarejos, ou promovendo em escala mais ampla a grande aventura da aculturação da Europa central, com sua litania de santos-reis e de santas-rainhas, o papel dos colonos e mercadores alemães, e o apostolado das ordens mendicantes; e nesse caso ainda se encadeiam a dialética da mestiçagem e da ruptura, da coabitação e do desprezo mútuo, tanto no sul do reino da França entre os povos e as línguas *d’oil* e *d’oc*, quanto a leste da Europa entre os alemães e os poloneses, entre a língua germânica e a língua eslava. As cruzadas e a efêmera fundação dos Estados latinos da Palestina não são, em comparação, mais que uma aventura incômoda e ruínosa, notadamente para a imagem dos cristãos e dos ocidentais entre os muçulmanos. Enfim, de maneira homóloga, na escala mais restrita das cidades, à medida que se fortalece a sociedade e a cultura urbanas, uma estrutura comparável se delineia, com a rejeição dos “marginais” caros a seu amigo Bronislaw Geremek e o rebaixamento dos trabalhadores pobres, que se aproveitam a partir de 1350 da mudança da conjuntura para fazerem

pressão sobre os salários e se revoltar, como no caso dos *Ciampi* florentinos. Classes trabalhadoras, classes perigosas.

No plano das estruturas ideológicas, a alteridade religiosa está desde muito cedo no centro das preocupações de Jacques Le Goff. Desde 1962, ele organiza em Royaumont o colóquio internacional sobre *Heresias e sociedades*, publicado em 1968. O programa de trabalho anuncia alguns temas maiores, como se familiarizar com “esboços de heresias colocadas umas ao lado das outras”, graças à criação de novas ordens religiosas, como aquela dos frades menores. A confrontação de heresias de um lado e de outro da “cortina de ferro” é sem dúvida uma das razões maiores do colóquio, do qual participam grandes historiadores poloneses como Alexander Gieysztor e Tadeusz Manteuffel ou tchecos como Frantisek Graus. Mas as “margens móveis e indecisas” entre culturas legítimas e ilegítimas também confrontaram a Igreja, desde a Alta Idade Média e mais ainda nos séculos XII e XIII, à ambivalência da cultura folclórica, confronto do qual os exemplos que permanecem sendo emblemáticos são o dragão de Saint-Marcel de Paris e a “maternal e desbravadora” fada Mélusine.

Em todos estes estudos, Jacques le Goff praticou com desenvoltura o que chamamos hoje em dia de “mudança de foco” entre micro e macro, examinando como com uma lupa os textos e seu vocabulário para neles restituir as significações numa perspectiva das mais amplas e audaciosas. Historiador das estruturas, dos vastos espaços da Idade Média, ele procurou igualmente o outro no nível das existências singulares, que os documentos permitem perceber melhor a partir do século XIII: de onde vêm, sucessivamente, São Luis, em 1996, e São Francisco de Assis, em 1999.

Sob estes títulos simples que se reduzem a um nome e que parecem sugerir que o autor estaria seguindo o gênero clássico da biografia histórica, surge um questionamento que coloca de imediato o ambíguo: cruzando testemunhos que não colam jamais uns aos outros, a pretendida biografia de São Francisco pretende nada mais, nada menos, que ser uma “busca do verdadeiro São Francisco”; já quanto ao santo rei, que Joinville soubera já nos tornar tão próximo, Jacques le Goff ousa colocar a questão: “São Luis teria existido?”

Na conclusão deste livro magistral, ele nos deixa uma reflexão emocionante sobre a dialética do mesmo e do outro, da identificação do historiador com seu herói, que resta apesar de tudo um estrangeiro. “Eu me senti de início muito distante dele, pela distância no tempo e pelo estatuto social”, começa ele por dizer de São Luis; e prossegue: “como, mesmo com os privilégios de historiador, se aproximar de um rei e de um santo? Depois, por meio dos documentos e a análise de como foram produzidos, eu me senti cada vez mais próximo”.

De fato, é de início com Joinville que se identifica Jacques Le Goff, ao amigo que sonhava com o santo rei defunto com quem, em vida, ele tinha falado familiarmente e com o qual ele procurava mesmo o contato físico. O historiador não passa somente pela fascinação dos contemporâneos pelo carisma de São Luis, que encarnava contraditoriamente todos os valores de seu tempo, ele sente por ele a mesma ligação estreita de Joinville com a pessoa de seu herói, com seu ser sensível e carnal: “Então ele tornou-se para mim mais familiar, eu o escutei rir, brincar, provocar seus amigos, fazer com um mínimo de afetação gestos simples, como escarrar pelo chão. Eu creio ter compreendido que era difícil para ele refrear sua natureza, o calor de seu sangue na ação amorosa, a cólera ou o élan físico, o gosto da boa comida, de belos peixes e de frutos bem frescos, a necessidade de rir, mesmo às sextas-feiras, o prazer de jogar conversa fora. Um homem simplesmente, por trás do “super-homem” que é erigido na bula de canonização (...). Tornei-me, sem procurar saber se ele me aceitava, um de seus familiares, acabei por fim por ter por ele sentimentos que alimentamos por um próximo. E eu o detestei tanto quanto o amei. Uma forma de detestar que provinha sobretudo de meus sentimentos de homem do século XX”.

E Jacques Le Goff assinala com efeito sua aversão pelo ascetismo, o moralismo, as flagelações, a devoção estreita deste santo rei à feição de Poverello, “seu dolorismo sempre pouco humano”. Mas ele sugere para concluir, invocando uma vez mais o testemunho de Joinville, que São Luis sofria com suas contradições e chegava a chorar. E o historiador, parecendo confundir os gêneros da história e da confissão, não hesita em fazer uma declaração: “mas a fascinação, confesso, permanece”.

Mesmo sendo muito amplo o conhecimento do historiador, mesmo sendo sutil a sua arte de evocar as mentalidades do passado e de compreender as sutilezas do tempo histórico, o historiador não pode ressuscitar os mortos como sonhava Jules Michelet. A irredutível alteridade do passado permanece e permanecerá ainda mesmo quando dispusermos de uma quantidade muito maior de documentos.

O papel do historiador não é de restituir o passado “tal como as coisas aconteceram”, mas de nos fazer compreender suas lógicas próprias, suas dinâmicas, seus valores, que não são mais nossos. Mas ele só vai ser bem sucedido na consecução deste objetivo na medida do poder de evocação de sua escrita e da empatia que ele sentir pelos homens já há muito desaparecidos dos quais ele fala. Foi isto que Jacques Le Goff fez melhor do que ninguém e que ele nos levou a fazer com e depois dele. E é por isto que nossa gratidão por ele não tem limite.